

Prezado (a) candidato (a)

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

Nº de Inscrição	Nome

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

A LINGUAGEM DO DIREITO

PERSPECTIVAS HUMANIZADORAS

- 1 A língua que falamos é um bem se considerarmos “bens” as coisas úteis aos homens. Para que se tenha uma visão maior sobre a importância da utilidade da língua, basta imaginar a vida em sociedade sem a existência dela.
- 2 Para que se realize com eficácia (ou não) aquilo que desejamos comunicar, temos que nos conscientizar de que a língua que falamos é nosso principal veículo de comunicação.
- 3 Berlo (2000: 37 - 46), em estudo sobre a teoria e prática da comunicação, defende a idéia de que o modelo comunicativo se dá por meio de um processo. Para ele, a palavra processo se define denotativamente como “qualquer” fenômeno que apresente contínua mudança no tempo ou qualquer operação ou tratamento contínuo. O autor ilustra o termo “processo” como uma passagem filosófica: Quinhentos anos antes de Cristo, Heráclito destacou a importância do conceito de processo, ao declarar que um homem não pode entrar duas vezes no mesmo rio; “o homem será diferente e assim também o rio”. (BERLO, 2000).
- 4 Tomemos a situação de comunicação na qual está empenhado um advogado: este profissional recebe um cliente e escuta-lhe a consulta. Após entender o “fato” relatado, resolve aceitá-lo. Ambos estão inseridos no processo de comunicação.
- 5 O exemplo da situação comunicativa demonstra o significado do processo da comunicação ou de como se dá a inter-relação entre os ingredientes básicos. O exemplo foi elementar, mas mesmo assim a comunicação é bastante complexa. O processo que acabamos de descrever ocorre em apenas uma fração mínima do tempo gasto em descrevê-lo. Mas, o que poderia ter saído errado?
- 6 Suponhamos que o cliente não tivesse “o fato” bem esclarecido ou que a linguagem utilizada por ele fosse bem distante da utilizada pelo advogado. Suponhamos que o advogado se fizesse de rogado e dificultasse o ato da comunicação utilizando uma linguagem técnica, própria da área jurídica. Para terminar, ainda, suponhamos que o caso fosse difícil de ser relatado, dadas as circunstâncias e diferenças entre o profissional da área de direito e o meio (espaço geográfico) de onde veio o cliente.
- 7 São esses apenas alguns exemplos das inúmeras possibilidades que podem sair erradas, mesmo em uma simples situação entre pessoas. Caso a comunicação não se efetue de uma maneira geral, alguns fatores são responsáveis pela parcialidade da comunicação. Quais fatores, no processo da comunicação, determinam a fidelidade comunicacional, quando se trata de uma linguagem do Direito?
- 8 Sabemos que o Direito é uma profissão de palavras. Segundo Kaspary (2003), em toda profissão, a palavra pode ser útil, inclusive necessária. No mundo do Direito, ela é indispensável, como afirma o jurista italiano Carnelutti “nossas ferramentas não são mais que palavras”. Segundo ele, todos empregam palavras para trabalhar, mas para o jurista, elas são precisamente a matéria-prima da atividade.
- 9 As leis são feitas com palavras, como as casas são feitas com tijolos, acentua Kaspary. Ao elaborar um suposto contrato de trabalho, o advogado firmará com o cliente um acordo, por meio de palavras orais e escritas. O mesmo irá suceder, quando o advogado for atuar na defesa e ou acusação de seu cliente. Ambos terão papéis trocados.
- 10 Os juízes e os tribunais, em suas sentenças, acórdãos e arestos, decidem mediante palavras. O que pode ocorrer é que o desenvolvimento da linguagem jurídica não seja eficaz e provoque um rebuscamento gratuito ou mesmo um discurso oco, balofo, que poderá prejudicar, inclusive, a consistência dos argumentos.

A linguagem, portanto, seja ela advinda de qualquer âmbito profissional, deve ser entendida como atividade social, uma vez que nasce e se estrutura na interação ou inter-relação entre os sujeitos envolvidos no ato da comunicação.

(ABI-SÁBER, Ângela. (et.al.) in: *Humanização do Direito: novas perspectivas*. Editora Legal, 2006. Rio de Janeiro, 2006. pp. 25-37- texto adaptado))

QUESTÃO 01

Do enunciado “A língua que falamos é um bem se considerarmos “bens” “as coisas úteis ao homem”, pode-se inferir que

- I- A palavra “língua”, no contexto, significa código verbal oral ou escrito de que serve o homem para se comunicar.
- II- Pode-se depreender o termo “bem” como um conjunto das ações que fazem o praticante merecer a aprovação e o respeito geral.
- III- A expressão “coisas úteis ao homem” pode ser considerada de uso coloquial e indica um vínculo temático entre “língua e bens”.

Marque a alternativa **VERDADEIRA**:

- a) Apenas a proposição II está correta.
- b) Apenas as proposições II e III estão corretas.
- c) Apenas a proposição I está correta.
- d) Apenas as proposições I e III estão corretas.

QUESTÃO 02

No Texto lê-se: “A língua que falamos é um bem, **se** considerarmos “bens” “as coisas úteis ao homem”.

O termo negrito, segundo Cunha e Cintra (2009), tem o valor de um (a):

- a) construção linguística que apresenta relação causal.
- b) sintagma com sentido opinativo, que apresenta uma relação comparativa.
- c) conectivo com valor de condição, pois indica uma hipótese.
- d) vocábulo gramatical, que serve para adicionar uma idéia a outra.

QUESTÃO 03

No parágrafo 4 lê-se: “Tomemos a situação de comunicação **na qual** está empenhado um advogado...”

Segundo Cunha e Cintra (2009, p.347), a expressão em destaque é usada como conectivo, que faz retomada textual. Esta retomada se refere:

- a) ao enunciado que a precede e acrescenta uma informação consecutiva.
- b) ao substantivo acompanhado de uma locução adjetiva.
- c) apenas ao verbo que se encontra na primeira pessoa do plural.
- d) ao tema comunicação, que anuncia uma relação de causa e consequência.

QUESTÃO 04

Baseando-se no processo de comunicação, Faraco e Tezza (2010) apontam os seis ingredientes básicos da comunicação. Leia o fragmento abaixo e preencha adequadamente cada uma das lacunas com os três ingredientes apropriados ao contexto.

“Tomemos a situação de comunicação na qual está empenhado um advogado: este profissional (1) _____ recebe um cliente (2) _____ e escuta-lhe a consulta. Após entender o “fato” relatado (3) _____ resolve aceitá-lo. Ambos estão inseridos no processo de comunicação”.

Assinale a opção que preenche **CORRETAMENTE** as lacunas do texto:

a)

(1)	(2)	(3)
remetente	destinatário	referente

b)

(1)	(2)	(3)
canal	referente	mensagem

c)

(1)	(2)	(3)
código	destinatário	canal

d)

(1)	(2)	(3)
remetente	referente	destinatário

QUESTÃO 05

Segundo o parágrafo 10, do texto, a inter-relação entre os ingredientes básicos no processo da comunicação jurídica se dá por meio:

- isolado, nenhum ingrediente necessita do outro, pois cada um é suficiente para que o ato comunicacional se realize.
- parcial, uma vez que o processo pode ser afetado por circunstâncias não previstas, mas a parcialidade impede a transferência comunicacional.
- global, porque se entende por interpretação o processo no qual se envolvem os ingredientes norteadores do ato pleno da comunicação.
- complexo, já que a linguagem do profissional da área jurídica distancia integralmente o processo comunicacional.

QUESTÃO 06

Observe o questionamento do parágrafo sete:

São esses apenas alguns exemplos das inúmeras possibilidades que podem sair erradas, mesmo em uma simples situação entre pessoas. Caso a comunicação não se efetue de uma maneira geral, alguns fatores são responsáveis pela parcialidade da comunicação. Quais fatores, no processo da comunicação, determinam a fidelidade comunicacional, quando se trata de uma linguagem do Direito?

Os fatores são, respectivamente:

- contextuais e linguísticos.
- sociais e psicológicos.
- profissionais e filosóficos.
- textuais e gramaticais.

QUESTÃO 07

São exemplos de recursos usados pela autora do texto, **EXCETO**:

- Emprego de citações.
- Análise de dados da realidade.
- Uso de argumentos imparciais.
- Exemplos circunstanciais.

QUESTÃO 08

Leia o fragmento:

Para terminar, ainda, suponhamos que o caso fosse difícil de ser relatado, dadas as circunstâncias e diferenças entre o profissional da área de direito e o meio (espaço geográfico) de onde veio o cliente.

Observe as informações acerca dos sinais de pontuação:

- O uso das vírgulas entre “ainda” se justifica pelo advérbio de tempo.
- A vírgula depois da palavra “relatado” se justifica pela circunstância de modo.
- Os parênteses foram utilizados para explicar o termo anterior “meio”.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- Apenas as informações I e II estão corretas.
- Apenas a informação I está correta.
- Apenas as informações I e III estão corretas.
- Apenas a informação III está correta.

QUESTÃO 09

Assinale a proposição **CORRETA** a respeito dos homônimos perfeitos:

- “...O acordo será firmado através de palavras orais e escritas”.
“Acordo sempre no horário previsto”.
- “Os juízes e os tribunais, em suas sentenças, acordão e arestos, decidem mediante palavras”.
“A mãe não soube ensinar as sentenças à filha”.
- “O que se critica, de agora em diante, não pode ficar impune”.
“A crítica que ela fez ao tribunal não tinha respaldo”.
- “O estudante tropeça nas palavras, durante o discurso de paraninfo”.
“O tropeço do advogado, quando discursava, o levou ao chão”.

Observe detalhadamente o brasão de Nova Lima:

TEXTO I

(http://www.novalima.mg.gov.br/interna.php?id=137&id_canal=121&id_conteudo=253)

Compare com o Hino:

TEXTO II

HINO DE NOVA LIMA

Autor: Cássio Magnani

*Nova Lima, cidade do amor,
Namorada do sol, do luar;
Deu-te o nome teu filho poeta,
Deu-te Deus esse encanto sem par.*

*Nova Lima, cidade da paz,
Do calor fraternal verdadeiro,
Tu progrides ao som do trabalho
Do teu povo afável e ordeiro.*

*Nova Lima, poema de luz,
Meiga dádiva da natureza,
Iluminaram as tuas montanhas
Plenilúnios de rara beleza.
Nova Lima do rico metal,
Terra do ouro de lícido brilho
Nas entranhas da terra e também
Dentro do coração de teu filho*

[http://www.novalima.mg.gov.br/interna.php?id=137&id_ canal=121&id_conteudo=253\)](http://www.novalima.mg.gov.br/interna.php?id=137&id_canal=121&id_conteudo=253)

QUESTÃO 10

Pode-se inferir, pelas linguagens dos textos, que:

- a) No texto I, há linguagens que se mesclam entre o verbal oral e o não-verbal.
- b) No texto II, a linguagem se define como denotada, próxima ao dicionário.
- c) Em ambos os textos, há a padronização de linguagens sensoriais.
- d) O texto I se caracteriza, principalmente, pela articulação do não-verbal.

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 11

Leia as afirmativas abaixo, referentes à garantia do devido processo legal, prevista no art. 5º, inciso LIV, da CF/88, e na Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

- I. O funcionário em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade.
- II. A circunstância de inexistir previsão específica para a interposição de recurso hierárquico em favor do sujeito passivo de obrigação administrativa afasta o poder-dever da Administração de examinar a validade do ato administrativo.
- III. É necessário processo administrativo, com ampla defesa, para demissão de funcionário admitido por concurso, sendo inadmissível segunda punição de servidor público baseada no mesmo processo em que se fundou a primeira.
- IV. A presença de advogado não é obrigatória em todas as fases do processo administrativo disciplinar.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- b) apenas as afirmativas II e III são falsas.
- c) apenas as afirmativas I e IV são verdadeiras.
- d) apenas as afirmativas II e IV são falsas.

QUESTÃO 12

Segundo o entendimento do STF sobre a aplicação do art. 37 da CF/88, com a redação da EC 19/98, que estabelece os princípios e as regras a que está sujeita a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, todas as afirmativas estão corretas, **EXCETO**:

- a) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de ilegalidade, não podendo ser invocado o princípio da isonomia como pretexto de se obter benefício ilegalmente concedido a outros servidores.
- b) Os bens e o interesse público são indisponíveis porque pertencem à coletividade. Por isso, o Administrador é considerado mero gestor da coisa pública, sem poderes para dispor sobre os interesses confiados à sua guarda e realização, ainda que com fundamento no melhor interesse público.
- c) Em face do princípio da legalidade, pode a Administração Pública, enquanto não concluído e homologado o concurso público, alterar as condições do certame, constantes do respectivo edital, para adaptá-

- las à nova legislação aplicável à espécie, visto que, antes do provimento do cargo, o candidato tem mera expectativa de direito à nomeação ou, se for o caso, à participação na segunda etapa do processo seletivo.
- d) Não caracteriza nepotismo a nomeação de parente de Chefe do Poder Executivo para cargos de natureza política.

QUESTÃO 13

Leia as afirmativas abaixo, considerando a responsabilidade civil do Estado prevista no art. 37, § 6º, e a aplicação do princípio da legalidade, previsto no art. 37, *caput*, da CF/88.

- I. Cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.
- II. A jurisprudência dos Tribunais em geral tem reconhecido a responsabilidade civil objetiva do poder público nas hipóteses em que o *eventus damni* ocorra em hospitais públicos (ou mantidos pelo Estado), ou derive de tratamento médico inadequado, ministrado por funcionário público, ou, então, resulte de conduta positiva (ação) ou negativa (omissão) imputável a servidor público com atuação na área médica.
- III. O Supremo Tribunal Federal, nos casos de inscrição de entidades estatais, de pessoas administrativas ou de empresas governamentais em cadastros de inadimplentes, organizados e mantidos pela União, tem ordenado a liberação e o repasse de verbas federais (ou, então, determinado o afastamento de restrições impostas à celebração de operações de crédito em geral ou à obtenção de garantias), sempre com o propósito de neutralizar a ocorrência de risco que possa comprometer, de modo grave e/ou irreversível, a continuidade da execução de políticas públicas ou a prestação de serviços essenciais à coletividade.
- IV. A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários, e subjetiva quanto a não usuários do serviço. Por isso, a inequívoca presença do nexo de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não usuário do serviço público é condição suficiente para estabelecer a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito privado.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- b) apenas as afirmativas I e II são falsas.
- c) apenas as afirmativas II e IV são verdadeiras.
- d) apenas as afirmativas I e IV são falsas.

QUESTÃO 14

Segundo o entendimento do STF sobre o acesso a cargos, empregos e funções públicas, é **CORRETO** afirmar que:

- É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público, destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.
- Não é admissível, por ato administrativo, restringir, em razão da idade, inscrição em concurso para cargo público, salvo se o limite de idade para a inscrição em concurso público for justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
- A exigência de experiência profissional prevista apenas em edital não importa em ofensa constitucional. Contudo, a habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigida no momento da posse.
- É legal o edital de concurso que prevê, para cumprir determinação administrativa, a obrigatoriedade de sujeição de candidato a exame psicotécnico como requisito de habilitação para que seja empossado em cargo público, sendo inconstitucional o veto não motivado à participação de candidato a concurso público.

QUESTÃO 15

Leia as afirmativas abaixo, considerando a exigência de concurso público para a investidura em cargo ou emprego público, prevista no art. 37, inciso II, da CF/88.

- Dentro do prazo de validade do concurso, o candidato aprovado tem direito à nomeação, quando o cargo for preenchido sem observância da classificação.
- A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que os editais de concursos públicos são inalteráveis no decorrer dos certames, salvo quando alguma alteração se fizer necessária por imposição de lei ou para sanar erro material contido no texto. A correção é igualmente permitida quando há ambiguidade textual, nos termos da jurisprudência firmada acerca dos erros meramente materiais, desde que o sentido adotado tenha por base deliberação tomada prévia e publicamente pela comissão organizadora, em momento anterior ao início do próprio certame.
- É constitucional a contratação temporária excepcional de servidor público com fundamento no art. 37, IX, da CF/88, que permite a contratação temporária pela Administração Pública para o exercício de funções burocráticas ordinárias e permanentes, desde que caracterizada situação de emergência.
- Segundo entendimento do STF, é constitucional o ato do poder público que, após ultrapassado o primeiro biênio de validade de concurso público, institui novo período de dois anos de eficácia do certame.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- apenas as afirmativas I e IV são verdadeiras.
- apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.
- apenas as afirmativas II e IV são falsas.
- apenas as afirmativas III e IV são falsas.

QUESTÃO 16

Sobre o processo licitatório regulado pela Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, todas as afirmações são verdadeiras, **EXCETO**:

- Cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.
- A alienação de bens imóveis da Administração Pública subordina-se à existência de interesse público devidamente justificado, devendo ser autorizada pela Casa Legislativa competente quando se tratar de órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais.
- A alienação de bens móveis da Administração Pública deve ser precedida de avaliação e de licitação na modalidade concorrência.
- A licitação é dispensada nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares. Sendo esta hipótese possível somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

QUESTÃO 17

Sobre a concessão de serviços públicos, prevista no art. 175 da CF/88 e regulada pela Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e alterações posteriores, todas as afirmações são verdadeiras, **EXCETO**:

- Há concessão de serviço público quando a delegação de prestação de serviço público é feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- São cláusulas essenciais do contrato de concessão em geral as relativas: ao preço do serviço e aos critérios e procedimentos para o reajuste e a revisão das tarifas; aos direitos, garantias e obrigações do poder concedente e da concessionária, inclusive os relacionamentos.

nados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações; à estipulação dos cronogramas físico-financeiros de execução das obras vinculadas à concessão; e à exigência garantia do fiel cumprimento, pela concessionária, das obrigações relativas às obras vinculadas à concessão.

- c) Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
- d) Os contratos poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro. Assim, a tarifa não está subordinada à legislação específica anterior e, somente nos casos expressamente previstos em lei, sua cobrança poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário. Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.

QUESTÃO 18

Leia as afirmações abaixo, sobre a invalidação de atos administrativos.

- I - É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo que vise a invalidação de ato administrativo.
- II - Os vícios decorrentes do descumprimento da forma legal para a prática do ato administrativo e de sua prática por agente público incompetente não são passíveis de convalidação.
- III - A revogação somente pode ser realizada se houver superveniência de fato novo, que deve constar da motivação do ato revocatório.
- IV - A anulação de atos ampliativos e dos praticados por funcionário de fato tem efeitos *ex nunc*.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas as afirmações I e IV são falsas.
- b) apenas as afirmações II e III são verdadeiras.
- c) apenas a afirmação II é falsa.
- d) apenas a afirmação IV é falsa.

QUESTÃO 19

Sobre a realização de consórcios públicos, regulados pela Lei nº. 11.107, de 06 de abril de 2005, todas as afirmativas são verdadeiras, **EXCETO**:

- a) Os agentes públicos incumbidos da gestão de consórcio responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público e pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições dos respectivos estatutos.
- b) Os consórcios públicos poderão emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por eles administrados ou, mediante autorização específica, pelo ente da Federação consorciado.
- c) O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados. Contudo, é nula a cláusula do contrato de consórcio que preveja determinadas contribuições financeiras ou econômicas de ente da Federação ao consórcio público, salvo a doação, destinação ou cessão do uso de bens móveis ou imóveis e as transferências ou cessões de direitos operadas por força de gestão associada de serviços públicos.
- d) O consórcio público é a associação pública ou pessoa jurídica de direito privado, na qual a União somente participa se também fizerem parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.

QUESTÃO 20

Sobre parcerias público-privadas, regulada pela Lei n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004, todas as opções são verdadeiras, **EXCETO**:

- a) Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.
- b) Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contra-prestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- c) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada: cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); cujo período de prestação do serviço seja inferior a cinco anos; ou que tenha como objeto o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.
- d) Não constitui parceria público-privada a concessão comum, assim entendida a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

PROVA DE DIREITO AMBIENTAL

QUESTÃO 21

Leia as afirmativas abaixo:

- I. A pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental prescreve em cinco anos, contados do término do processo administrativo.
- II. Cumpridas integralmente as obrigações assumidas pelo infrator em termo de compromisso aprovado pela autoridade ambiental competente, a multa será reduzida em noventa por cento do valor atualizado monetariamente.
- III. A área de reserva legal deve ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, de desmembramento ou de retificação da área, com as exceções previstas em lei.
- IV. Nos loteamentos de propriedades rurais, a área destinada a completar o limite percentual de reserva legal previsto em lei poderá ser agrupada numa só porção em condomínio entre os adquirentes.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- b) apenas a afirmativa II é falsa.
- c) apenas as afirmativas III e IV são verdadeiras.
- d) apenas a afirmativa IV é falsa.

QUESTÃO 22

Leia as afirmativas abaixo:

- I. Reserva Legal é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.
- II. A supressão de vegetação em área de preservação permanente situada em área urbana dependerá de autorização do órgão ambiental competente, desde que o município possua conselho de meio ambiente com caráter deliberativo e plano diretor, mediante anuência prévia do órgão ambiental estadual competente fundamentada em parecer técnico.
- III. A supressão de vegetação em área de preservação permanente somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública ou de interesse social, devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto.

- IV. A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, de dunas e mangues, ou existente em topo de morros, montes, montanhas e serras somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- b) apenas a afirmativa II é falsa.
- c) apenas a afirmativa IV é falsa.
- d) apenas as afirmativas I e IV são verdadeiras.

QUESTÃO 23

Leia as afirmativas abaixo:

- I. Segundo o entendimento do STJ, a proibição de uso de fogo nas florestas e demais formas de vegetação prevista no art. 27 da Lei n. 4.771/1965 (Código Florestal), aplica-se a todas as formas de vegetação e sujeita o infrator à responsabilização civil por eventuais danos de qualquer natureza causados ao meio ambiente. Contudo, se peculiaridades locais ou regionais justificarem o emprego do fogo em práticas agro-pastoris ou florestais, a permissão será estabelecida em ato do Poder Público, circunscrevendo as áreas e estabelecendo normas de precaução.
- II. Segundo o entendimento do STJ, a obrigação de recuperar área de preservação permanente desmatada ilegalmente independe de ter sido o proprietário o autor da degradação ambiental, pois decorre de obrigação *propter rem*, que adere ao título de domínio ou posse, ressalvados os casos de adquirentes de boa-fé.
- III. Segundo o entendimento do STJ, a restrição à utilização da propriedade no que concerne à área de preservação permanente em parte de imóvel urbano, no caso, um loteamento, não afasta a incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), pois não há alteração do fato gerador da exação, que é a propriedade localizada na zona urbana do município.
- IV. O princípio da reparação *in integrum* aplica-se ao dano ambiental. Com isso, a obrigação de recuperar o meio ambiente degradado é compatível com a indenização pecuniária por eventuais prejuízos, até sua restauração plena. Contudo, se quem degradou promoveu a restauração imediata e completa do bem lesado ao *status quo ante*, em regra, não se fala em indenização. Já os benefícios econômicos que aquele auferiu com a exploração ilegal do meio ambiente (bem de uso comum do povo, conforme o art. 225, *caput*, da CF/1988) devem reverter à coletividade.

Com base nas afirmações acima, é **CORRETO** afirmar:

- a) apenas a afirmativa II é falsa.
- b) apenas as afirmativas I e IV são verdadeiras.
- c) apenas as afirmativas III e IV são verdadeiras.
- d) apenas a afirmativa III é falsa.

QUESTÃO 24

Leia as afirmativas abaixo:

- I. Independem de outorga pelo Poder Público, conforme definido em regulamento: o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural e as derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes.
- II. O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água. Por isso, os usos de recursos hídricos sujeitos à outorga, que deve preservar o uso múltiplo destes, serão cobrados pelo Poder Público.
- III. Toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deverá respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado e a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário, quando for o caso. O Poder Executivo Federal poderá delegar aos Estados e ao Distrito Federal competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União.
- IV. Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo determinado, não podendo esta ser renovada. Contudo, a outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, por ausência de uso por três anos consecutivos.

Com base nas afirmações acima, é **CORRETO** afirmar:

- a) apenas as afirmações I e IV são falsas.
- b) apenas a afirmação II é falsa.
- c) apenas as afirmações I e III são verdadeiras.
- d) apenas a afirmação IV é falsa.

QUESTÃO 25

Leia as afirmativas abaixo:

- I. A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual será dada publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação.

- II. A localização da reserva legal deve ser aprovada pelo órgão ambiental estadual competente ou, mediante convênio, pelo órgão ambiental municipal ou outra instituição devidamente habilitada, devendo ser considerados, no processo de aprovação, a função social da propriedade, e os seguintes critérios e instrumentos: o plano de bacia hidrográfica; o plano diretor municipal; o zoneamento ecológico-econômico; outras categorias de zoneamento ambiental; e a proximidade com outra reserva legal, área de preservação permanente, unidade de conservação ou outra área legalmente protegida.
- III. São titulares do dever-poder de implementação da política nacional do meio ambiente, os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, além de outros a que se confira tal atribuição. Por isso, quando a autoridade ambiental tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de co-responsabilidade.
- IV. Segundo o entendimento do STJ, qualquer que seja a qualificação jurídica do degradador, público ou privado, no Direito brasileiro a responsabilidade civil pelo dano ambiental é de natureza objetiva, solidária e ilimitada, sendo regida pelos princípios do poluidor-pagador, da reparação in integrum, da prioridade da reparação in natura, e do favor debilis, este último a legitimar uma série de técnicas de facilitação do acesso à Justiça, entre as quais se inclui a inversão do ônus da prova em favor da vítima ambiental.

Com base nas afirmações acima, é **CORRETO** afirmar:

- a) apenas a afirmação I é falsa.
- b) apenas as afirmações II e III são verdadeiras.
- c) apenas as afirmações III e IV são falsas.
- d) apenas a afirmação IV é verdadeira.

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 26

Dispõe o §2º do artigo 125 da Constituição da República que “Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão”. Sobre o controle abstrato de constitucionalidade pelos Estados-membros, pode-se afirmar, **EXCETO**:

- Na representação de inconstitucionalidade estadual pode-se apenas apreciar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal tendo como parâmetro de controle a Constituição Estadual.
- Não cabe aos tribunais de justiça estaduais exercer o controle concentrado de constitucionalidade de leis e demais atos normativos municipais em face da Constituição da República.
- A declaração de inconstitucionalidade de norma estadual em face da Constituição Estadual, realizada em controle concentrado, quando transitada em julgado, tem eficácia *erga omnes* e vinculante.
- É vedada no âmbito da representação de inconstitucionalidade estadual a análise da validade de norma municipal em face de norma da Constituição Estadual que é repetição de dispositivo da Constituição da República.

QUESTÃO 27

Ainda sobre o controle de constitucionalidade, são verdadeiras as assertivas abaixo, **EXCETO**:

- Caberá recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal da decisão prolatada pelo tribunal de justiça estadual em controle abstrato de constitucionalidade apenas quando possa ter por parâmetro de controle norma da Constituição Estadual que seja reprodução obrigatória de norma da Constituição da República.
- A existência simultânea de representação de inconstitucionalidade perante o tribunal de justiça estadual e de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal impõe a suspensão da primeira até o julgamento final da última.
- A Ordem dos Advogados do Brasil, como parte legitimada a instaurar o controle concentrado de constitucionalidade, deve demonstrar a pertinência temática da norma impugnada com as suas atribuições institucionais.
- Pode haver a modulação dos efeitos da decisão do tribunal de justiça estadual no âmbito da representação de inconstitucionalidade estadual.

QUESTÃO 28

O Município reger-se-á por **lei orgânica**, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição da República, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos, **EXCETO**:

- A posse do Prefeito e do Vice-Prefeito ocorrerá no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição.
- O subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente.
- Iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado.
- Idade mínima de 25 (vinte e cinco) anos para o prefeito e vice-prefeito de capital e 21 (vinte e um) anos para os demais.

QUESTÃO 29

“O senador José Sarney (PMDB-AP) deve dedicar seu quarto mandato como presidente do Senado - talvez o último, conforme admitiu - à aprovação das leis que a sociedade brasileira vem reclamando, mas que estão sendo proteladas no Congresso. E, nesse conjunto de demandas legislativas, deve despontar a reforma política, segundo reiterou em entrevista ao programa Espaço Aberto, da Globo News.

- Temos um regime político e eleitoral dos mais anacrônicos do mundo. Basta dizer que o voto uninominal proporcional (voto no candidato, e não no partido) só existe no Brasil, o que prejudica a representatividade, evita o aprofundamento da democracia e, ao mesmo tempo, cria uma desintegração política muito grande. Os adversários passam a ser dos próprios partidos e a atividade política se restringe a uma luta pessoal que remanesce das questões eleitorais - considerou.”

(<http://www.senado.gov.br/noticias/Especiais/reformapolitica/noticias/jose-sarney-promete-se-empenhar-na-aprovaao-da-reforma-politica.aspx>)

Um dos principais pontos da reforma política é a alteração dos sistemas eleitorais pelos quais são eleitos os membros do executivo e do legislativo. Sobre os sistemas eleitorais adotados pela Constituição da República pode-se afirmar, **EXCETO**:

- a) A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito, realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, rege-se pelo sistema majoritário de turno duplo, no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores.
- b) A eleição para o mandato de Senador da República realiza-se pelo sistema majoritário de turno simples, sendo o mandato imperativo.
- c) O sistema proporcional de lista aberta é o utilizado na eleição de vereadores e deputados estaduais e federais.
- d) Os partidos políticos detêm o monopólio das candidaturas, sendo vedada no Brasil a candidatura avulsa.

QUESTÃO 30

Em relação às comissões parlamentares de inquérito, pode-se afirmar, **EXCETO**:

- a) O princípio constitucional da reserva de jurisdição – que incide sobre as hipóteses de busca domiciliar, de interceptação telefônica e de decretação da prisão, ressalvada a situação de flagrância penal – não se estende ao tema da quebra de sigilo de dados telefônicos, por efeito de expressa autorização dada pela própria Constituição da República.
- b) A Comissão Parlamentar de Inquérito não pode restringir a assistência jurídica ao investigado.
- c) As câmaras municipais, no exercício de suas funções fiscalizadoras da Comissão Parlamentar de Inquérito, têm a prerrogativa de solicitarem informações aos órgãos da administração direta e indireta, situados no respectivo município.
- d) A garantia contra a auto-incriminação não se estende aos que ostentem a qualidade de testemunhas perante a Comissão Parlamentar de Inquérito.

QUESTÃO 31

Sobre o processo legislativo, pode-se afirmar, **EXCETO**:

- a) A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Constituição da República.
- b) Por simetria ao modelo posto na Constituição da República, são de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração.

- c) Não é possível haver no âmbito estadual e municipal a previsão de medidas provisórias a serem editadas, respectivamente, pelo Governador do Estado ou Prefeito Municipal e analisadas pelo poder Legislativo local, mesmo que, no primeiro caso, exista previsão expressa na Constituição Estadual e no segundo, previsão nessa e na respectiva Lei Orgânica do Município.
- d) O processo legislativo também compreende a elaboração de decretos legislativos, os quais dispensam a sanção do executivo.

QUESTÃO 32

Compete aos Municípios, **EXCETO**:

- a) Legislar sobre assuntos de interesse local.
- b) Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- c) Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
- d) Explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado.

QUESTÃO 33

A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei, podendo-se afirmar, **EXCETO**:

- a) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- b) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- c) Poderão ser criados Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais por Lei Complementar de iniciativa do Executivo.
- d) As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

QUESTÃO 34

O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal **EXCETO**, quando:

- Deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.
- Forem cassados por crime de responsabilidade o Prefeito e o Vice-prefeito.
- Não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento de programas de assistência social e reforma agrária.
- O Tribunal Regional Eleitoral der provimento à representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

QUESTÃO 35

Sobre os direitos políticos assegurados pela Constituição da República, pode-se afirmar, **EXCETO**:

- Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.
- O voto é obrigatório para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos que tenham se alistado.
- Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

PROVA DE DIREITO FINANCEIRO**QUESTÃO 36**

O crédito orçamentário é a dotação incluída na lei orçamentária para atender a qualquer despesa. Caso seja insuficiente a previsão orçamentária ou não haja previsão, nasce a necessidade de abertura de crédito adicional. Em relação aos créditos suplementares, pode-se afirmar que se destinam a despesas:

- para as quais a dotação orçamentária é insuficiente.
- para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- urgentes e imprevistas.
- decorrentes de guerra e calamidade pública.

Para responder as questões 37 e 38, leia atentamente o texto abaixo

O Jornal Valor Econômico publicou no dia 05/07/2011, matéria intitulada SUBSÍDIOS REPRESENTAM 28% DOS GASTOS DO PAC: SUBSÍDIO DO “MINHA CASA” SUSTENTA ALTA DO INVESTIMENTO NO PAC, de autoria do Jornalista João Villaverde, de Brasília, da qual foi retirado o seguinte trecho:

“Impulsionadas pelos subsídios do programa Minha Casa, Minha Vida, as despesas de custeio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) cresceram muito - elas passaram de R\$ 296 milhões no primeiro semestre de 2010 para R\$ 3,1 bilhões no mesmo período deste ano. Com essa multiplicação por dez, o peso do custeio no in-

vestimento do governo federal passou de uma participação de 3,2% no PAC para 28%, na mesma comparação.

Ao todo, o governo executou R\$ 11,3 bilhões em despesas do PAC neste ano, um crescimento de 25% sobre os R\$ 9 bilhões de igual período de 2010 - uma conta que soma custeio, investimento e inversões financeiras, e considera também os restos a pagar. Nesse dispêndio, os investimentos - enquanto ativos físicos que ficam em poder público - foram 9% menores, passando para R\$ 7,9 bilhões no primeiro semestre deste ano. Além disso, a composição dos gastos também piorou - a participação dos restos a pagar alcançou 88,3%, quase 10 pontos acima do peso dessa rubrica em igual período do ano passado.”

QUESTÃO 37

Diante do contexto assinalado pela reportagem jornalística, o que são despesas de custeio?

- São aquelas relativas aos investimentos, tais como as obras e serviços em regime de programação especial.
- São aquelas relativas às aquisições de bens, tais como imóveis e ações de empresas.
- São aquelas relacionadas com a manutenção da máquina administrativa, tais como as despesas com pessoal e material de consumo.
- São aquelas relacionadas com a amortização da dívida pública, bem como os auxílios para compra de equipamentos e instalações.

QUESTÃO 38

O jornalista criticou a composição do gasto público, uma vez que a participação dos restos a pagar alcançou 88,3%, quase 10 pontos acima do peso dessa rubrica em igual período do ano passado. Quanto aos restos a pagar, pode-se **AFIRMAR** que

- são as despesas empenhadas, mas não pagas dentro do exercício financeiro.
- são as despesas previstas na lei orçamentaria anual, mas que não foram pagas dentro do exercício financeiro.
- os restos a pagar referidos na reportagem acima foram gerados pelo Governo da Presidente Dilma Roussef.
- os restos a pagar referem-se aos créditos adicionais que foram abertos no exercício anterior por insuficiência de dotação orçamentária.

QUESTÃO 39

Leia com a atenção a ementa a seguir.

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PROMOÇÃO. ANUALIDADE. DIREITO RECONHECIDO. EXERCÍCIOS ANTERIORES. PREVISÃO LEGAL. FALTA. DESCABIMENTO.

- O administrador só pode efetuar o pagamento de aumento de remuneração e de vantagem pecuniária a servidor público se houver expressa previsão legal, em obediência ao princípio da legalidade estrita (Constituição Federal, artigo 37, caput e inciso X).
- Na espécie, há direito à promoção no mês de julho de cada ano (artigo 7º do Decreto Estadual nº 8.186/86), razão pela qual ficam deferidos efeitos a partir de 1º de julho para o ato que concedeu a promoção por merecimento ao recorrente no ano de 2004, ressalvados os efeitos financeiros, os quais devem ser buscados nas vias ordinárias. Recurso ordinário parcialmente provido. (RMS 20.745/RS, Rel. Ministro GILSON DIPP, Rel. p/ Acórdão Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 28/06/2007, DJ 05/11/2007, p. 286)

A decisão acima autoriza afirmar que

- basta que o gasto, relativo à promoção do servidor, esteja contido na lei orçamentária anual, para que o mesmo atenda ao disposto pelo princípio da legalidade.
- em se tratando do princípio da legalidade do direito financeiro faz-se necessário que os gastos públicos estejam previstos em leis específicas para serem legítimos.

- se uma despesa estiver prevista em lei específica, mas não tiver sido objeto de dotação orçamentária, a mesma pode ser gasta.
- o princípio da legalidade no âmbito do direito financeiro decorre de uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

QUESTÃO 40

Os artigos de 157 a 162 da Constituição Federal disciplinam as hipóteses de repartição das receitas tributárias. As hipóteses abaixo se referem às receitas que devem ser repassadas aos municípios, **EXCETO**:

- cabe aos Municípios o imposto sobre a renda arrecadado na fonte, em relação aos rendimentos por eles pagos aos seus servidores.
- cabe aos Municípios 50% (cinquenta por cento) do imposto sobre a propriedade territorial rural, situada em seu território.
- cabe aos Municípios 25% (vinte e cinco por cento) do imposto de importação relativo às operações que destinem produtos para os seus territórios.
- cabe aos Municípios 25% (vinte e cinco por cento) sobre a arrecadação do ICMS relativa às operações ocorridas em seu território.

QUESTÃO 41

Em relação ao orçamento, analise as afirmações abaixo.

- O orçamento tem seu aspecto político, porque revela os desígnios sociais na destinação das verbas; econômico; porque manifesta a atualidade econômica; técnico; com o cálculo de receitas e despesas; e jurídico; pelo atendimento às normas constitucionais e legais.
- O controle da execução orçamentária cabe ao Poder Judiciário, por meio de um dos seus órgãos, que é o Tribunal de Contas, ao qual cabe à fiscalização orçamentária não só sob o aspecto estritamente legal, mas segundo critérios de legitimidade e de economicidade.
- O artigo 165 da Constituição dispõe que existirão três tipos de leis orçamentárias, todas de iniciativa do Poder Executivo, quais sejam: o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a de orçamento anual.

Marque a alternativa **CORRETA**.

- Apenas as afirmações I e II são verdadeiras.
- Apenas as afirmações II e III são falsas.
- Apenas as afirmação I e III são falsas.
- Apenas as afirmações I e III são verdadeiras.

QUESTÃO 42

Marque a opção que constitui exemplo de receitas derivadas:

- a) receitas decorrentes de ação de cobrança relativa a aluguéis de imóvel de propriedade do Município.
- b) receitas decorrentes de processo de execução relativo a empréstimo concedido pelo Município e não pago pelo devedor.
- c) receita decorrente de processo de execução relativo a cobrança de multas pelo descumprimento da lei de posturas municipal.
- d) receita decorrente de ação de cobrança relativa à não transferência de recursos decorrentes da inscrição em concursos públicos.

QUESTÃO 43

O autor Regis Fernandes de Oliveira, em sua obra intitulada "Curso de Direito Financeiro", 2ª ed, rev. e atual., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 337, ao discorrer sobre os princípios orçamentários afirma o seguinte: "O salutar princípio significa que não pode haver mutilação das verbas públicas. O Estado deve ter disponibilidade da massa de dinheiro arrecadado, destinando-o a quem quiser, dentro dos parâmetros que ele próprio elege como objetivos preferenciais. Não se pode colocar o Estado dentro de uma camisa de força, minguando seus recursos, para que os objetivos traçados não fiquem ou não venham a ser frustrados. Deve haver disponibilidade para agir."

A citação acima refere-se ao princípio da:

- a) unidade orçamentária.
- b) não afetação.
- c) exclusividade.
- d) universalidade.

QUESTÃO 44

Em relação às disposições contidas na Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A necessidade de estimar o impacto orçamentário-financeiro das despesas obrigatórias de caráter continuado aplica-se, também, às despesas destinadas ao serviço da dívida.
- b) Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Ambientais, em que serão estabelecidas metas anuais do Poder Público, relativas às ações de planejamento da política ambiental.
- c) A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- d) É admitido consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada, desde que se trate de uma despesa extraordinária, decorrente de calamidade pública.

QUESTÃO 45

Caracteriza-se despesa regular, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal:

- a) A despesa que acarrete aumento da despesa pública será considerada regular, desde que seja justificada pelo Chefe do Executivo, que demonstrará a sua compatibilidade com a política de criação de empregos e geração de recursos futuros.
- b) Caso a despesa esteja abrangida por crédito genérico, para que a mesma seja regular, faz-se necessário que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.
- c) Para que as despesas com pessoal sejam consideradas regulares faz-se necessário que as mesmas obedeçam, em cada período de apuração, no caso do Município, o limite de 50% da receita corrente líquida.
- d) Despesa regular é aquela prevista no orçamento fiscal, da Seguridade Social, de Investimento das Estatais e que não se refiram às rubricas relativas aos serviços da dívida pública.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Leia, atentamente, o texto abaixo:

“Para que a Fazenda Pública possa, contudo, atuar da melhor e mais ampla maneira possível, é preciso que se lhe confirmem condições necessárias e suficientes a tanto. Dentre as condições oferecidas, avultam as *prerrogativas* processuais identificadas, por alguns, como *privilégios*. Não se trata, a bem da verdade, de *privilégios*. Estes – os privilégios – consistem em vantagens sem fundamento, criando-se uma discriminação, com situações de desvantagens. As “vantagens” processuais conferidas à Fazenda Pública revestem o matiz de *prerrogativas*, eis que contêm fundamento razoável, atendendo, efetivamente, ao princípio da igualdade, no sentido aristotélico de tratar os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual.”

CUNHA, Leonardo José Carneiro da. *A Fazenda Pública em juízo*. 8ª Ed. São Paulo: Dialética, 2010, p. 35).

QUESTÃO 46

Acerca das prerrogativas processuais da Fazenda Pública, pode-se afirmar, **EXCETO**:

- Os prazos de responsabilidade da Fazenda Pública para a prática de atos no processo são próprios, ou seja, a sua inobservância impõe a ocorrência da preclusão temporal.
- Interposto o recurso pela Fazenda Pública via fac-símile, admite-se a contagem em dobro do prazo contínuo de cinco dias para que a mesma promova o protocolo da peça original.
- A admissão do prazo recursal em dobro para as pessoas jurídicas de direito público abrange os recursos interpostos na forma adesiva, embora não implique que também seja assim computado o prazo para apresentação de contrarrazões ou resposta a recurso.
- Na ação de mandado de segurança, o prazo para a autoridade coatora apresentar suas informações é de 10 (dez) dias, não sendo possível contá-lo em quádruplo.

QUESTÃO 47

As pessoas jurídicas de direito público podem figurar nas ações executivas de título extrajudicial tanto no pólo passivo quanto no pólo ativo. Pode-se afirmar em relação a tais ações, nas quais é parte a Fazenda Pública, **EXCETO**:

- A nota de empenho emitida por agente público revela a obrigação de pagamento assumida pela entidade pública, caracterizando-se como título executivo extrajudicial dotado de liquidez, certeza e exigibilidade, pois pressupõe obrigação realizada cuja despesa respectiva deve ser satisfeita pelo Estado sob pena de locupletamento sem causa.
- Em se tratando de execução fiscal, o termo inicial do prazo para o oferecimento dos embargos à arrematação é o dia em que se faz ou se poderia fazer perfeita e irretratável a adjudicação pela Fazenda Pública, ou seja, após 30 (trinta) dias do leilão, e não a partir da assinatura do auto de arrematação, que é a regra geral.
- Na petição inicial da execução fiscal serão indicados apenas o Juiz, a quem é dirigido, o pedido e o requerimento para a citação, devendo a mesma ser instruída com a Certidão da Dívida Ativa, a qual poderá constituir com a petição inicial um único documento, preparado inclusive por processo eletrônico.
- Na execução fiscal, o prazo para a oposição de embargos é contado a partir da data do depósito quando realizado este pelo devedor como forma de garantia do juízo.

QUESTÃO 48

“A Administração até hoje, infelizmente, continua a girar em torno dos velhos dogmas de autoridade. Nas belas palavras de Gustavo Zagrebelsky, a idéia de direito que o Estado constitucional e sua constituição implicam não entrou ainda plenamente no ar que os juristas respiram.

Diante da realidade deste quadro, para se tentar qualquer evolução no âmbito do controle da Administração pelo Judiciário, em prol do cidadão, por meio do instrumento constitucional de proteção por excelência contra abusos do poder estatal, qual seja, no Brasil, o mandado de segurança, impõe-se, como primeiro passo, a adoção do comportamento preconizado por Massimo S. Giannini já em meados do século XX: a leitura do mandado de segurança deve partir sempre da ótica do cidadão, da sua necessidade de proteção.

A lição, hoje, é de inteira atualidade, uma vez que se encontra, claramente, delineada na Constituição a centralidade da figura do cidadão: o Poder Público se desenvolve em prol do cidadão, ou seja, exerce função administrativa objetivada e voltada para o cidadão.” (ANDRADE, Érico. *O mandado de segurança: a busca da verdadeira especialidade: (proposta de releitura à luz da efetividade do processo)*. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2010, p. 461)

Sobre a ação de mandado de segurança pode-se afirmar, **EXCETO**:

- a) O mandado de segurança exige prova pré-constituída acerca da violação a direito líquido e certo da parte impetrante, sendo assim reconhecida a adequação da via eleita, ainda que envolva o exame de questão jurídica de alta complexidade.
- b) A aplicação da teoria de encampação em mandado de segurança exige apenas a existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou as informações e a que ordenou a prática do ato impugnado e a manifestação da autoridade coatora, apontada na petição inicial a respeito do mérito nas informações prestadas.
- c) O ato de dirigente de concessionária de energia elétrica que suspende o fornecimento do serviço pode ser impugnado por meio de mandado de segurança, uma vez que exerce atividade delegada pelo Poder Público mediante concessão.
- d) No mandado de segurança coletivo, a liminar só poderá ser concedida após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

QUESTÃO 49

Sobre a concessão de medidas cautelares e de antecipação de tutela em face da Fazenda Pública, pode-se afirmar, **EXCETO**:

- a) Não é cabível, no juízo de primeiro grau, medida cautelar inominada ou a sua liminar, quando impugnado ato de autoridade sujeita, na via de mandado de segurança, à competência originária de tribunal.
- b) No mandado de segurança coletivo e na ação civil pública, a liminar será concedida, quando cabível, após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de setenta e duas horas, sendo tal regra mitigada, por exemplo, em face da possibilidade de graves danos à saúde decorrentes da demora na satisfação da liminar ou da ausência de prejuízos à Fazenda Pública.
- c) A pessoa física ou jurídica de direito privado, salvo as exceções consagradas na jurisprudência (concessionárias de serviço público na defesa do interesse público), não têm legitimidade para interpor pedido de suspensão da liminar ao presidente do Tribunal ao qual caberia conhecer do recurso.
- d) As liminares cujo objeto seja idêntico poderão ser suspensas em uma única decisão, sendo vedado ao Presidente do Tribunal que conheceu do pedido estender os efeitos da suspensão a liminares supervenientes.

QUESTÃO 50

Dispõe a Constituição da República em seu artigo 5º, LX-XIII, que:

“qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência”.

Sobre a ação popular, pode-se afirmar, **EXCETO**:

- a) O autor da ação popular deve ser eleitor com domicílio eleitoral no âmbito do território do ente da federação ao qual se vincula a pessoa jurídica de direito público ré.
- b) Há na ação popular litisconsórcio passivo necessário simples entre as pessoas jurídicas públicas ou privadas na qual foi praticado o ato lesivo; as autoridades, funcionários ou administradores que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado, ou que, por omissas, tiverem dado oportunidade à lesão; e contra os beneficiários diretos do mesmo.
- c) O prazo de contestação na ação popular é de 20 (vinte) dias, prorrogáveis por mais 20 (vinte), a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental, e será comum a todos os interessados, correndo da entrega em cartório do mandado cumprido, ou, quando for o caso, do decurso do prazo assinado em edital.
- d) A sentença na ação popular incluirá sempre, na condenação dos réus, o pagamento, ao autor, das custas e demais despesas, judiciais e extrajudiciais, diretamente relacionadas com a ação e comprovadas, bem como o dos honorários de advogado.

QUESTÃO 51

Em relação à ação civil pública, pode-se afirmar, **EXCETO**:

- a) Compete ao foro da capital do estado processar e julgar a ação civil pública que se insurge contra danos que produzem efeitos em âmbito regional, tratando-se de competência absoluta.
- b) Os órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor, têm legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública em defesa de interesses individuais homogêneos dos consumidores.
- c) É incabível a declaração de inconstitucionalidade de lei *incidenter tantum* em ação civil pública.
- d) Na ação civil pública, os recursos devem ser recebidos, em regra, apenas no efeito devolutivo, ressalvados os casos de iminente dano irreparável às partes, em que poderá ser conferido efeito suspensivo.

QUESTÃO 52

A Fazenda Pública em juízo possui determinadas prerrogativas processuais. Sobre tais, pode-se **AFIRMAR** que:

- a) O prazo em quádruplo para contestar aplica-se às ações pelo procedimento sumário em que for ré a Fazenda Pública.
- b) Se a Fazenda Pública for ré em ação pelo procedimento sumário, dever-se-á realizar a audiência no prazo de 60 (sessenta) dias a partir do despacho que ordenar a citação, devendo a mesma ser citada com a antecedência mínima de 20 (vinte) dias.
- c) Se a Fazenda Pública for ré em ação pelo procedimento sumário, dever-se-á realizar a audiência no prazo de 30 (trinta) dias a partir do despacho que ordenar a citação, devendo a mesma ser citada com a antecedência mínima de 10 (dez) dias.
- d) O prazo para a Fazenda Pública contestar a ação rescisória deve ser contado em quádruplo.

QUESTÃO 53

Sobre a competência dos órgãos jurisdicionais pode-se **AFIRMAR** que:

- a) Cabe originariamente ao juiz de direito da comarca de Nova Lima o julgamento de mandado de injunção quando a norma regulamentadora for atribuição do Prefeito de Nova Lima, da Câmara Municipal de Nova Lima ou de sua Mesa Diretora, ou de autarquia ou fundação pública municipais vinculadas ao Município de Nova Lima.
- b) Cabe originariamente ao juiz federal da secção judiciária de Minas Gerais conhecer mandado de segurança impetrado pelo Município de Nova Lima em face de ato do Ministro dos Transportes.
- c) Cabe ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente a causa entre a República da Itália e o Município de Nova Lima.
- d) Cabe ao juiz de direito da comarca de Nova Lima julgar originariamente mandado de segurança contra ato da Presidência da Câmara Municipal de Nova Lima ou de suas comissões, quando se tratar de processo de perda de mandato do Prefeito.

QUESTÃO 54

Serão representados em juízo, ativa e passivamente, **EXCETO**:

- a) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, por seus procuradores;
- b) O Município, por seu Prefeito e, acaso assim previsto em lei local, por seu procurador;
- c) As autarquias e fundações públicas, pela pessoa indicada na lei que as criou ou autorizou a sua criação.
- d) O espólio, pelos herdeiros.

QUESTÃO 55

Sobre a ação possessória pode-se afirmar, **EXCETO**:

- a) A propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela, cujos requisitos estejam provados.
- b) É lícito ao réu, na contestação, alegando que foi o ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor.
- c) Na pendência do processo possessório, é possível, assim ao autor como ao réu, intentar a ação de reconhecimento do domínio.
- d) É lícito ao autor cumular ao pedido possessório o de desfazimento de construção ou plantação feita em detrimento de sua posse.

PROVA DE DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 56

Assinale a alternativa **VERDADEIRA**:

- a) De acordo com o princípio da legalidade, para se exigir o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) é satisfatória a previsão na Lei Complementar n. 116/2003.
- b) De acordo com o princípio da anterioridade, considerando o IR (Imposto de Renda) não há necessidade em obedecer a anterioridade de 90 dias, sendo proibida a sua instituição ou majoração no mesmo exercício financeiro, em que haja sido publicada a lei.
- c) De acordo com o princípio da seletividade, quanto maior a base de cálculo, maior deve ser a alíquota aplicável.
- d) De acordo com o princípio da igualdade, todos os contribuintes devem ser tributados de uniformemente, independentemente das características econômicas do sujeito passivo.

QUESTÃO 57

O Supremo Tribunal Federal adotou entendimento substanciado na ementa a seguir transcrita.

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. IPTU. ARTIGO 150, VI, “B”, CB/88. CEMITÉRIO. EXTENSÃO DE ENTIDADE DE CUNHO RELIGIOSO. 1. Os cemitérios que consubstanciam extensões de entidades de cunho religioso estão abrangidos pela garantia contemplada no artigo 150 da Constituição do Brasil. Impossibilidade da incidência de IPTU em relação a eles. 2. A imunidade aos tributos de que gozam os templos de qualquer culto é projetada a partir da interpretação da totalidade que o texto da Constituição é, sobretudo do disposto nos artigos 5º, VI, 19, I e 150, VI “b”. 3. As áreas da incidência e da imunidade tributária são antípodas. Recurso extraordinário provido. (RE 578562, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 21/05/2008, DJe-172 DIVULG 11-09-2008 PUBLIC 12-09-2008 EMENT VOL-02332-05 PP-01070 RTJ VOL-00206-02 PP-00906 LEXSTF v. 30, n. 358, 2008, p. 334-340)

Considerando o teor da decisão, sobre a imunidade dos templos, pode-se afirmar que:

- a) a casa paroquial, vizinha à Igreja, não está abrangida pela imunidade.
- b) a imunidade em questão visa proteger o patrimônio das entidades religiosas.
- c) a imunidade em questão visa proteger o direito fundamental relativo à liberdade religiosa.
- d) a imunidade aplica-se somente às religiões reconhecidas pelo poder público.

QUESTÃO 58

A anterioridade nonagesimal aplica-se ao seguinte tributo:

- a) empréstimos compulsórios por motivos de guerra ou calamidade.
- b) imposto sobre exportação.
- c) imposto sobre as operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- d) IPI (Imposto sobre produtos industrializados).

QUESTÃO 59

Analisar a seguinte afirmação: “Não basta, no Direito Tributário, a razoável equivalência entre o fato e a hipótese legal caracterizadora dos modelos abertos; exige-se, rigorosamente, o preciso amoldamento do fato ao tipo legalmente definido. É que, na espécie, o modelo legal é cerrado, fechado, não ensejando dilargamento pelo aplicador da lei, o que confere à preservação de garantias e direitos prestigiados pela Constituição.” (BARRETO, Aires F., *Curso de Direito Tributário Municipal*, São Paulo: Saraiva, 2009, p. 30)

O trecho acima se refere ao princípio da

- a) legalidade.
- b) irretroatividade.
- c) igualdade.
- d) não confisco.

QUESTÃO 60

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) As alíquotas do imposto de renda podem ser aumentadas por Portaria do Ministro da Fazenda, que é a autoridade competente para corrigir monetariamente a tabela do imposto.
- b) As alíquotas do Imposto de Importação só podem ser aumentadas por lei, tendo em vista o que determina o princípio da legalidade.
- c) A alteração das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Operações de crédito, Câmbio, Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) pode ser executada por decreto.
- d) O imposto sobre a propriedade territorial rural pode ter as suas alíquotas aumentadas por medida provisória, sendo a cobrança desse aumento imediata, considerando a força de lei deste instituto.

QUESTÃO 61

Os seguintes impostos são de competência dos Municípios, **EXCETO**:

- propriedade predial e territorial urbana.
- transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.
- transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.

QUESTÃO 62

Leia com atenção a ementa abaixo.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO – IMUNIDADE – IOF – ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS – RENDAS – OPERAÇÕES FINANCEIRAS – ARTIGO 150, INCISO VI, ALÍNEA “C”, DA CARTA FEDERAL. O texto da alínea “c” do inciso VI do artigo 150 é categórico ao revelar a imunidade quanto ao patrimônio e renda de entidades de assistência social que não tenham fins lucrativos. (AI 724793 AgR, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 13/04/2011, DJe-086 DIVULG 09-05-2011 PUBLIC 10-05-2011 EMENT VOL-02518-02 PP-00449)

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- Não ter fins lucrativos significa que as entidades de assistência social apresentam prejuízos relativos às suas finanças.
- Para o Supremo Tribunal Federal, as operações financeiras não são tributadas, porque esses valores compõem o patrimônio e a renda dessas entidades.
- Para o Supremo Tribunal Federal, a imunidade decorre do fato de que o imposto sobre operações financeiras não se inclui entre os impostos sobre renda, patrimônio ou serviços.
- A imunidade decorre de disposição expressa de lei, enquanto a isenção decorre da Constituição.

QUESTÃO 63

Entre as exigências abaixo, assinale aquela que se refere a um preço público:

- pagamento relativo às custas processuais.
- pagamento efetuado em decorrência da ação fiscalizatória da vigilância sanitária.
- pagamento efetuado em decorrência da concessão de alvará para construção.
- pagamento efetuado em razão da utilização/consumo de energia elétrica.

QUESTÃO 64

Um determinado contribuinte do IPTU, reside em imóvel de sua propriedade, defronte a uma praça municipal. A Prefeitura local canalizou ali um córrego, asfaltou as ruas adjacentes à praça, arborizando-a e ajardinando-a. Por consequência, a casa deste contribuinte sofreu uma valorização imobiliária, aumentando o valor de mercado. Em face do exposto, ele, em razão da valorização de sua propriedade, está potencialmente sujeito ao pagamento do (de):

- taxa pelo serviço de asfaltamento.
- contribuição de melhoria.
- taxa pela utilização de serviços públicos de urbanização.
- taxas pelo exercício do poder de polícia.

QUESTÃO 65

Leia com atenção as afirmativas abaixo.

- O Município Feliz criou a taxa de instalação industrial a ser cobrada das indústrias que se instalassem na zona industrial por ele criada. Para incentivar a instalação de fábricas naquele distrito industrial, previu a lei ordinária municipal, que a taxa somente seria devida quando se iniciasse a produção, e seria de 1% do valor dos produtos que saíssem do estabelecimento.
- O Município Fim do Mundo criou a taxa de iluminação pública cuja base de cálculo para maior justiça fiscal foi graduada segundo a capacidade econômica do contribuinte, que fora aferida tomando como parâmetro o consumo da energia elétrica.
- O Município Esperança instituiu, pelo exercício do poder de polícia sobre zoneamento de atividades, a taxa de localização de estabelecimentos bancários, que incidirá à módica alíquota de 1 milésimo por cento do valor dos empréstimos concedidos pelos bancos aos contribuintes.

Assinale a alternativa **CORRETA**, que, corresponde, respectivamente, a situação jurídica dessas três taxas:

- somente duas afirmativas estão juridicamente válidas: a primeira e a terceira.
- somente são válidas as duas primeiras afirmativas: uma porque está ligada ao poder de polícia; a outra, porque se refere à prestação de serviço público específico e divisível.
- todas as três afirmativas são inválidas.
- todas as três afirmativas são válidas.

PROVA DE DIREITO URBANÍSTICO

QUESTÃO 66

O termo urbanização é empregado para designar o processo pelo qual a população urbana cresce em proporção superior à população rural. Segundo Silva (2006), os economistas definem como um dos critérios para caracterizar um país desenvolvido:

- a) Grau de urbanização.
- b) Urbanificação.
- c) Concentração urbana.
- d) Reurbanização.

QUESTÃO 67

Quando se trata de princípios informadores do direito urbanístico, Silva (2006) cita Fernández. Dentre os princípios mencionados por estes autores, **NÃO CONSTA** o

- a) princípio de que o urbanismo é uma função pública.
- b) princípio da conformação da propriedade urbana.
- c) princípio da coesão dinâmica.
- d) princípio da justa distribuição dos benefícios e ônus derivados da atuação urbanística.

QUESTÃO 68

As licenças mais caracteristicamente edilícias são as licenças para edificar (ou licenças para construir). Marque a alternativa que lista, respectivamente, as fases para obtenção dessa licença:

- a) Fase de análise documental, apreciação do pedido e fase decisória.
- b) Fase de introdutória, apreciação do pedido e fase decisória.
- c) Fase de análise de pedido, instrução, fase decisória.
- d) Fase de análise de pedido, instrução, autorização.

QUESTÃO 69

O proprietário de um imóvel pode ser autorizado a exercer seu direito de construir em outro local, quando seu imóvel for considerado:

- a) desnecessário a implantação de equipamentos urbanos e comunitários.
- b) objeto de análise para tombamento em função de interesse histórico.
- c) necessário a programas de regularização fundiária.
- d) desapropriável para fins de projeto viário.

QUESTÃO 70

Baseando-se na Constituição, a função social da propriedade urbana:

- a) depende exclusivamente do uso racional e adequado do solo.
- b) depende do cumprimento das normas federais de direito do trabalho.
- c) depende do cumprimento do plano diretor.
- d) deve ser apurada por meio de índices previstos em lei.

INSTRUÇÕES PARA PROVA DISCURSIVA

1. Assine somente o cabeçalho da folha de resposta e não deixe pistas de identificação, no corpo da mesma, caso isso ocorra, a prova escrita será anulada;
2. Somente serão corrigidas as redações escritas com caneta esferográfica azul ou preta.
3. Não será permitido o uso de lápis borracha ou corretivo de texto, na folha de resposta definitiva;
4. Produza o texto nos padrões da modalidade escrita da língua e do gênero textual correspondente ao comando da prova.
5. Neste caderno, consta um espaço para rascunho para cada questão;
6. Não serão distribuídas folhas suplementares para o rascunho nem para a folha de resposta definitiva;
7. Respeite a área que não pode ser utilizada de cada questão;
8. Para cada uma das questões foram estipuladas trinta (30) linhas e o candidato não poderá ultrapassá-las;
9. A legibilidade será considerada na avaliação da prova.
10. A escrita deve ser contínua, sem linhas em branco, nem mesmo para separar parágrafos.
11. Caso utilize a folha de rascunho, o texto definitivo deve ser transcrito no impresso próprio.

PROVA DISCURSIVA - FOLHA DE RASCUNHO

QUESTÃO 01

O Jornal Valor Econômico publicou no dia 30/06/2011, matéria jornalística, com o seguinte título: “Lobão vê espaço para dobrar alíquota média da CFEM”.

A reportagem tinha o seguinte conteúdo:

“RIO - O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, acredita que há espaço para dobrar a alíquota média cobrada atualmente na Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Lobão explicou que a CFEM varia entre 0,2% e 3% da receita líquida obtida com a venda de minério, ficando na média em 2%.

“Nossa impressão é que vá dobrar a média cobrada na CFEM, para 4%. Pode ser um pouco mais ou menos. É isso que está sendo avaliado”, frisou Lobão, que participou, no Rio de Janeiro, da posse de Manoel Barretto na presidência do Serviço Geológico do Brasil (CPRM).

Lobão explicou que, dos três projetos de lei que o governo pretende enviar para o Congresso no âmbito do novo marco regulatório do setor mineral, o que rege a mudança na CFEM é o que está mais atrasado. O ministro espera que entre 15 e 20 dias a presidente Dilma Rousseff envie ao Congresso o projeto sobre o novo código mineral. A seguir, o Congresso deverá receber o projeto de lei sobre a criação da nova agência reguladora do setor mineral, questão que atualmente está sendo analisada pelo Ministério do Planejamento.

Em relação à CFEM, o principal gargalo é a necessidade de estudos sobre o quanto é cobrado em impostos, tributos e compensações do setor mineral. De um lado, Lobão lembra que o teto da CFEM – espécie de royalties para o setor mineral – é de 3%, enquanto a média mundial nos grandes países mineradores oscila entre 8% e 10%.

Do outro lado, as empresas argumentam, segundo o ministro, que a carga tributária no país é bem mais elevada que em outras partes do mundo. Lobão explicou que o governo está estudando justamente a possibilidade de elevar a CFEM sem tornar a carga total de impostos, tributos e compensações maior no Brasil que em nações concorrentes no setor de mineração.

Diante desse contexto, defenda a idéia sobre a natureza tributária da CFEM. Ao expor a defesa, apresente argumentos considerando o disposto no artigo 3º do CTN.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

NÃO UTILIZAR ESTA ÁREA

PROVA DISCURSIVA - FOLHA DE RASCUNHO

QUESTÃO 02

O representante do Ministério Público, do Estado de Minas Gerais, por meio de ação civil pública interposta em face do Município de Nova Lima, obtém liminar junto à 1ª Vara Cível da Comarca de Nova Lima/MG para determinar que seja anulado concurso público para o preenchimento de 50 cargos de médico e 100 de professor do ensino fundamental. Os aprovados no concurso já foram nomeados, empossados em seus respectivos cargos e se encontram em regular exercício de suas funções, bem como correspondem a 70% (setenta por cento) do quadro de servidores das respectivas carreiras, sendo indispensáveis, portanto, à consecução dos respectivos serviços públicos. A liminar determina que sejam todos os aprovados no concurso imediatamente exonerados.

Baseando-se no contexto acima, discorra sobre as medidas judiciais cabíveis ao Município de Nova Lima para a imediata suspensão da liminar em questão, comparando-as e abordando, ainda, o órgão competente para conhecê-las, o prazo para a sua interposição e os seus respectivos requisitos.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

26

27

28

29

30

NÃO UTILIZAR ESTA ÁREA

PROVA DISCURSIVA - FOLHA DE RASCUNHO

QUESTÃO 03

O prefeito do Município de *Tudo se Resolve* encaminhou à Procuradoria Geral do Município a seguinte consulta: serviços de empresa de consultoria financeira e orçamentária podem ser contratados sem licitação com fundamento no art. 25, III, c/c art. 13, III, ambos da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

Lei n. 8.666, de 1993, estabelece:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Ao examinar a questão, a Procuradoria Geral do Município entendeu não ser possível a contratação direta da empresa de consultoria, o que caracterizaria ato de improbidade administrativa, conforme disposto pelo art. 10, VIII, da Lei n. 8.429, de 02 de junho de 1992, Lei de Improbidade Administrativa – LIA:

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente;

Com base no entendimento da Procuradoria Geral do Município, discorra sobre a caracterização de ato de improbidade administrativa, segundo a doutrina administrativista brasileira e o entendimento de nossos tribunais superiores sobre a matéria.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

NÃO UTILIZAR ESTA ÁREA

PROVA DISCURSIVA - FOLHA DE RASCUNHO

QUESTÃO 04

No município de *More Mal e Sobreviva Pior Ainda*, há várias edificações e atividades econômicas não licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, conforme disposto na Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que institui a política nacional do meio ambiente:

Art. 10 - A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

Preocupado com as repercussões legais dessa situação, pois muitas dessas edificações estão localizadas em áreas de preservação permanente e as atividades desenvolvidas geram significativo impacto ambiental, o prefeito requereu à Procuradoria do Município que apontasse as possíveis soluções para o problema.

Para auxiliar o prefeito, considerando a legislação federal e o entendimento jurisprudencial de nossos tribunais, discorra sobre as possíveis implicações da ausência de licenciamento ambiental no município.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23

24

25

26

27

28

29

30

NÃO UTILIZAR ESTA ÁREA